

Estudo Técnico Preliminar 33/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 19973.018579/2024-73

2. Descrição da necessidade

2.1. Trata-se de instrução processual para credenciamento de instituição financeira, para atuar como mandatária da União, para a formalização e a execução dos contratos de prestação de serviços, a serem celebrados entre órgãos e entidades da administração pública federal e a(s) credenciada(s), objetivando a gestão operacional de contratos de repasse, nos termos do Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023, e da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024, e dos termos de compromisso, nos termos do Decreto nº 11.855, de 26 de dezembro de 2023, e da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 32, de 4 de junho de 2024, a depender do caso.

2.2. O procedimento se faz necessário para a sucessão do Credenciamento nº 1/2021, instruído mediante o Processo Eletrônico SEI nº 19973.104948/2020-16, do então Ministério da Economia.

2.3. Além da necessária publicação de novo edital de credenciamento, de modo a permanecer aberto a novas interessadas, se houver, considerando que a Portaria SEGES/MGI nº 1.769, de 25 de abril de 2023, estabeleceu termo final da vigência em até 31 de dezembro de 2024, para qualquer credenciamento realizado sob a égide da Lei nº 8.666/1993, o novo credenciamento se faz relevante e indispensável para que se implantem as novas regras e diretrizes estabelecidas pela novel Portaria SEGES/MGI nº 7.925, de 18 de outubro de 2024, para o credenciamento, a formalização e a execução dos contratos de prestação de serviços, em consonância com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, celebrados entre órgãos e entidades da administração pública federal e instituições financeiras oficiais federais, para atuação como mandatárias da União, objetivando a gestão operacional de contratos de repasse, nos termos do Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023, e da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024, e dos termos de compromisso, nos termos do Decreto nº 11.855, de 26 de dezembro de 2023, e da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 32, de 4 de junho de 2024, a depender do caso.

2.4. Também foi publicado novo regulamento que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão, a dizer, o Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023.

2.4.1. O credenciamento ora em planejamento tem por objetivo prestar a órgãos e entidades da administração as condições para instrumentalizar, por meio de contratação de instituição financeira oficial, a atuação como mandatária da União, para o acompanhamento dos convênios, conforme o permissivo contido no Art. 3º, I, do precitado decreto:

Art. 3º Os órgãos e as entidades da administração pública federal poderão celebrar convênios ou contratos de repasse para transferências de recursos com órgãos e entidades da administração pública estadual, distrital e municipal, consórcios públicos e entidades privadas sem fins lucrativos, para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco e em regime de mútua colaboração.

§ 1º Quando não dispuserem de capacidade técnica e operacional para a celebração e o acompanhamento dos convênios, os órgãos e as entidades da administração pública federal poderão contratar:

I - instituições financeiras oficiais federais, para atuarem como mandatárias, em nome da União, na operacionalização dos contratos de repasse; ou

II - prestadores de serviços específicos para realização de serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios, considerados atividades operacionais para apoio à decisão dos gestores responsáveis pelos convênios.

§ 2º Para cumprimento do disposto no inciso II do § 1º, os serviços contratados não poderão configurar a execução por meio de mandato e os órgãos e as entidades concedentes manterão a responsabilidade final pelas atividades de sua competência.

§ 3º Na hipótese prevista no inciso I do § 1º:

I - a mandatária da União celebrará contrato de repasse diretamente com o convenente; e

II - o contrato com a instituição financeira oficial federal deverá conter, dentre outros, os limites de poderes outorgados.

(Destaques nossos)

2.5. Para a celebração de contrato com a instituição financeira oficial, a Portaria SEGES/MGI nº 7.925, de 18 de outubro de 2024, estabeleceu que será realizado credenciamento, pela Central de Compras da União:

Art. 4º A Central de Compras da Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos realizará o credenciamento das instituições financeiras oficiais federais para atuarem como mandatárias da União na gestão e operacionalização dos contratos de repasse ou termos de compromisso, a depender do caso.

Parágrafo único. O credenciamento de que trata o caput será realizado por meio da divulgação pública de edital, e consistirá na habilitação das instituições financeiras oficiais federais, por meio da apresentação dos documentos definidos no art. 6º desta Portaria.

(Grifamos)

2.6. No que se refere à possibilidade jurídica do credenciamento, cumpre acrescentar os dispositivos da Lei nº 14.133/2021, que se entendem aplicáveis:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

(...)

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

(..)

II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

(...)

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Transferências e Parceiras da União	Regina Lemos de Andrade

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A(s) credenciada(s) deverá executar os serviços conforme as diretrizes e regras da Portaria SEGES/MGI nº 7.925, de 18 de outubro de 2024 e seus anexos, assim como observará todo o disposto no edital de credenciamento e anexos.

4.2. **O edital de credenciamento deverá permanecer aberto** para novos requerimentos de credenciamento, enquanto estiver vigente.

4.3. Nos termos do Art. 10, § 3º da Portaria SEGES/MGI nº 7.925, DE 18 de outubro de 2024, **o contrato de prestação de serviço** que vier a ser firmado por órgão ou entidade da administração pública federal **terá vigência inicial de 4 (quatro) anos, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos.**

4.4. **Não será exigida garantia contratual** da mandatária da União.

4.5. A instrução processual e a elaboração do edital e de seus anexos obedecerão aos anexos da Portaria SEGES/MGI nº 7.925, DE 18 de outubro de 2024:

- Anexo I - MODELO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATUAÇÃO COMO MANDATÁRIA DA UNIÃO;
- Anexo II - ANEXO I DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (CPS) - Detalhamento dos Serviços",
- Anexo III - ANEXO II DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (CPS) - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DO RESULTADO - IMR;
- Anexo IV - ANEXO III DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (CPS) - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO; e,
- Anexo V - ANEXO IV DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (CPS) - DA METODOLOGIA DO PREÇO.

4.6. Conforme o Anexo I - MODELO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATUAÇÃO COMO MANDATÁRIA DA UNIÃO, será permitida a subcontratação de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto:

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. Os serviços descritos no Anexo I deste contrato deverão ser executados de forma direta pela CONTRATADA, podendo ser parcialmente terceirizados até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) dos serviços.

4.7. Da não elaboração de termo de referência

4.7.1. A Portaria SEGES/MGI nº 7.925, de 18 de outubro de 2024, estabelece, conforme os registros neste Estudo Técnico Preliminar digital nº 33/2024, desta Central de Compras, dentre outras, que haverá o procedimento de credenciamento e que deverá ser realizado pela Central de Compras da Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (Art. 4º); a documentação a ser exigida das instituições financeiras oficiais para o seu credenciamento (Art. 6º); e os modelos de documentos que comporão o edital de credenciamento (Artigo 6º, incisos I a V, combinado com o § 2º do mesmo dispositivo), regras de reajuste de preços (Art. 8º combinado com outros dispositivos); vigência contratual; obrigações entre as partes contratantes; implementação de IMR (Capítulo IV); a responsabilidade da SEGES pelos modelos, minutas-padrão e formulários (Art. 18) e, ainda, os modelos a seguir relacionados:

ANEXO I - MODELO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATUAÇÃO COMO MANDATÁRIA DA UNIÃO;

ANEXO II - - ANEXO I DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (CPS) - DETALHAMENTO DE SERVIÇOS;

ANEXO III - ANEXO II DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (CPS) - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DO RESULTADO - IMR;

ANEXO IV - ANEXO III DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (CPS) - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO;

ANEXO V - ANEXO IV DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (CPS) - DA METODOLOGIA DO PREÇO

4.7.1. 1. Ou seja, o modelo estratégico de contratação, todo o regramento do procedimento de credenciamento, das contratações e da execução e fiscalização contratual, bem como os modelos e minutas dos artefatos são definidos pela referida portaria, à exceção do termo de credenciamento, ao qual a norma faz referência, mas não apresenta modelo.

4.7.2. Assim, a instrução processual, em especial os modelos e minutas gerados no Processo SEI nº 19973.018579 /2024-73, na fase de planejamento, replicaram o conteúdo da portaria, à exceção da minuta do Termo de Credenciamento, que foi elaborado pela equipe de planejamento da contratação, observando a necessidade da área demandante, que opinou previamente acerca de seu conteúdo, bem como se buscou que tal minuta estivesse alinhada com as disposições da portaria.

4.7.3. Neste sentido, entende-se que não é o caso de elaboração de termo de referência, pois as regras estão todas presentes na Portaria SEGES/MGI nº 7.925/2024 e anexos, e no Estudo Técnico Preliminar nº 33/2024, que serão anexados ao do edital de credenciamento e do(s) contrato(s).

4.8. Da participação em consórcio

4.8.1. Será admitida a participação em consórcio, exclusivamente formado por instituições financeiras oficiais federais, com delimitação de instituições fixada nos Decretos nº 11.531/2023 e nº 11.855/2023.

4.9. Das regras para aplicação de multas

4.9.1. Deverá ser prevista a aplicação de multas, nas condições dispostas no item 5 do Anexo III - Gestão e Fiscalização da Portaria SEGES/MGI nº 7.925/2024.

4.10. Documentação a ser apresentada pela interessada no credenciamento

4.10.1. A Portaria SEGES/MGI nº 7.925/2024 estabeleceu a documentação a ser apresentada, a qual constará de forma detalhada no edital:

Art. 6º As instituições financeiras oficiais federais interessadas em participar do credenciamento de que trata o art. 4º deverão encaminhar à Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos os documentos abaixo relacionados:

I - registro de requerimento de participação preenchido, conforme modelo a ser disponibilizado no edital de credenciamento;

II - comprovação dos requisitos de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, nos termos do edital de credenciamento;

III - autorização para funcionamento na condição de Instituição Bancária expedida pelo Banco Central do Brasil - BACEN;

IV - declaração de que possui capacidade técnica de atendimento, com estrutura corporativa adequada à prestação do serviço para demandas em qualquer localidade em todo o território nacional, tendo, ao menos, uma representação em cada unidade da federação de modo a garantir a gestão e operacionalização dos contratos de repasse ou termos de compromissos, a depender do caso; e

V - formulário contendo a precificação dos serviços de acordo com cada Evento Gerador de Tarifa - EGT, a qual não poderá ser superior ao valor máximo definido no edital.

§ 1º A comprovação de que trata o inciso II do caput poderá ser realizada por meio de prévia e regular inscrição cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.

§ 2º Os modelos de documentos descritos nos incisos I e V do caput comporão o edital de credenciamento como anexo.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Podem atuar como mandatárias da União a Caixa Econômica Federal - CAIXA, o Banco do Brasil - BB, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o Banco da Amazônia- BASA e o Banco do Nordeste - BNB, por serem instituições financeiras oficiais federais, conforme disposto nos Decretos nº 11.531/2023 e nº 11.855/2023

5.2. Atualmente, a Caixa Econômica Federal é a única mandatária da União para os fins de que trata este estudo técnico preliminar, tendo sido credenciada no âmbito do Edital de Credenciamento nº 1/2018, igualmente conduzido pela Central de Compras, embora o referido edital tenha permanecido aberto a novos credenciamentos.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução como um todo está descrita na Portaria SEGES/MGI nº 7.925, de 18 de outubro de 2024 e seus anexos e anexos, que foram relacionados no item 4.5, supra, para registro neste estudo.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Não é possível estimar a quantidade de contratos para a gestão de contratos de repasse que poderá ocorrer durante a vigência do credenciamento, considerando que há dependência de fatores externos, em especial de transferências voluntárias que a União venha a realizar e se a cada convênio se verificará no órgão ou entidade responsável por sua fiscalização a necessidade de buscar os serviços de instituição financeira mandatária da União.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1,00

8.1. Não é possível estimar o valor de contratação, considerando que dependerá dos convênios a serem firmados, seus objetos e valores e, da opção/necessidade de contratar os serviços de instituição financeira oficial federal, para atuar como mandatária, em nome da União, na operacionalização dos contratos de repasse.

8.2. A precificação foi realizada pela área demandante, que é a Diretoria de Transferências e Parcerias da União - DTPAR, mediante as justificativas constantes da Nota Técnica SEI nº 47801/2024/MGI (SEI-MGI nº 46506353), complementada pela Nota Técnica SEI nº 49919/2024/MGI (SEI nº 46616003), que descreve a metodologia de cálculo e apresenta memória de cálculo, além de relacionar a metodologia adotada, caso a caso, com os parâmetros previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, 07 de julho de 2021.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A solução não é divisível em observância à modelagem estabelecida na Portaria SEGES/MGI nº 7.925, de 18 de outubro de 2024 e seus anexos.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se aplica.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Deve-se observar que o credenciamento terá contratações decorrentes que, salvo melhor juízo, serão planejadas a partir do surgimento de novos convênios e transferências voluntárias da União. Trata-se de futuro dependente das definições dos parlamentares quanto à realização das transferências e o estabelecimento de a que se destinarão.

11.2. Ainda, os termos de compromisso são instrumentos inseridos na realização das ações do NOVO PAC: *O Novo PAC^[1] é um programa de investimentos coordenado pelo governo federal, em parceria com o setor privado, estados, municípios e movimentos sociais. Todo o esforço conjunto é para acelerar o crescimento econômico e a inclusão social, gerando emprego e renda, e reduzindo desigualdades sociais e regionais.*

11.2. Ainda, dos contratos de repasse e termos de compromisso firmados surgirá a necessidade de se contratar os serviços das mandatárias da União. Assim, pode-se afirmar o alinhamento, em termos genéricos, com o Plano Plurianual (PPA) 2024/2027, considerando que a transferência de recursos financeiros aos estados e municípios fomenta o desenvolvimento regional, em especial com obras (por exemplo, unidades hospitalares e educacionais, estradas, presídios, pontes etc) , que também geram emprego e renda, do qual se destaca pontos de alinhamento:

Da visão de futuro:

- Redução de pelo menos 20% da taxa de extrema pobreza;
- Elevação de pelo menos 15% do produto interno bruto per capita.

Dos temas prioritários:

- Educação básica;
- Saúde: atenção primária e especializada;
- Neointustrialização, trabalho, emprego e renda;
- Novo PAC

[1] Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/novopac/conheca-o-programa>

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Os benefícios esperados em decorrência do credenciamento de mandatária(s) da União são:

- a. desburocratização do processo de contratação das mandatárias da União;
- b. centralização do processo de seleção de mandatária, com decorrente redução do tempo de contratação;
- c. definição centralizada das tarifas para os serviços contratados.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não se aplica.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Tendo em vista o objeto tratar de movimentação financeira eletrônica, não foram identificados Inexistem possíveis impactos ambientais relacionados ao credenciamento ou às contratações futuras.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. A viabilidade decorre da cogência da Portaria SEGES/MGI nº 7.925/2024, estabelecendo que deverá ser realizado credenciamento de instituições financeiras oficiais federais, para atuação como mandatária da União, na gestão operacional de contratos de repasse e termos de compromisso, combinada com a competência atribuída à Central de Compras, no art. 4º do referido regulamento.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARIANA TELES SIEBRA DE CASTRO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 05/12/2024 às 16:34:21.

ELENI ROBERTA DA SILVA

Coordenadora de Projetos



Assinou eletronicamente em 05/12/2024 às 16:31:30.

RUTE CLEA PEREIRA DE NORONHA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 05/12/2024 às 16:22:36.

REINALDO DOS SANTOS MELLO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 05/12/2024 às 16:41:12.

SANDRA MARIA DE MENEZES BELOTA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 05/12/2024 às 16:44:35.

MARFISA CARLA DE ABREU MACIEL CASTRO

Coordenadora-Geral de Estratégias de Aquisições e Contratações



Assinou eletronicamente em 05/12/2024 às 16:37:33.